

Condsef questiona 'O Globo' e reafirma: maioria dos servidores do BC é contra PEC 65

O jornal O Globo publicou nessa quinta-feira, 2, matéria onde citou reunião que o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, realizou com servidores. O jornal ouviu apenas uma servidora que, não por acaso, é fortemente favorável à PEC 65/2023, posição minoritária na categoria. A Condsef/Fenadsef enviou nota ao jornal retificando e reforçando informações.

Ocorre destacar que a reunião não contou com representantes sindicais que tiveram participação vetada. Apesar de nominado "reunião de trabalho" o evento tratou, fundamentalmente, da PEC 65/23. A reunião também vetou a participação de servidores aposentados e pensionistas, segmento fortemente afetado pela PEC 65.

É importante frisar que o veto à participação de entidades sindicais na primeira reunião com Galípolo prejudica o diálogo franco com os servidores da Casa. Além do Sindsep-DF e da Condsef/Fenadsef as entidades Sinal, Sintbacen e Anafe aguardam iniciativas para o estabelecimento desse diálogo.



Para isso, o Sindsep-DF, filiado à Condsef/Fenadsef, reiterou em ofício pedido de audiência com Gabriel Galípolo.

Sindsep-DF, Condsef/Fenadsef, Sinal, Sintbacen e Anafe têm realizado inúmeros eventos e debates não apenas sobre as deletérias implicações da PEC 65/23 (rejeitada por 74,5% do conjunto de servidores ativos, aposentados e pensionistas da instituição, e pela maioria absoluta dos servidores ativos (51%), em votação eletrônica), mas também sobre alternativas institucionais para enfrentar dificuldades orçamentárias e, mais

além, sobre a necessidade de verdadeiras reformas estruturais no serviço público em geral, e no Banco Central do Brasil em particular, de modo que a política monetária e a política fiscal estejam a serviço da maioria da população e não de uma restrita elite financeira.

Para que o diálogo seja exercido de fato e não apenas em palavras é importante que a nova direção do BC esteja disposta a verdadeiramente ouvir os diversos segmentos que compõem o corpo funcional, representados por suas entidades sindicais.

Condsef/Fenadsef



8 de janeiro: Ato em defesa da democracia

Abraço da Democracia, em Brasília, terá a presença do Presidente Lula, ministros e militares. O presidente da CUT-DF representará a entidade

Matéria completa em www.cut.org.br/noticias

LULA, RECEBA OS SERVIDORES!

Assine carta aberta que expõe política salarial que aprofunda distorções e promove a elitização no serviço público





Valorização real do salário mínimo em 2025 deve adicionar R\$81,5 bilhões na economia

O Decreto presidencial 12.342, assinado pelo presidente Lula no último dia 30 de dezembro, reajusta o salário mínimo em 7,5% em relação ao ano passado. Com um aumento de aproximadamente 2,5% acima da inflação, o valor de R\$1.510 alcança o maior patamar da história do Brasil.

Um estudo do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) revela que, apesar de a princípio onerar as contas públicas e os custos em geral, boa parte das despesas públicas e privadas com a remuneração do trabalho retornarão na forma de arrecadação tributária e consumo, o que promoverá a dinamização da economia nacional rumo ao salto qualitativo necessário ao desenvolvimento industrial sustentável do Brasil.

Para que se tenha uma base comparativa, a nota técnica 218, intitulada Salário Mínimo de 1.518,00 em 2025, apresenta um histórico dos valores do salário mínimo brasileiro nos últimos anos:

Em 2002, o salário era de R\$200. Nos dois anos seguintes houve um reajuste nominal de 20% e 8,33%, mas a inflação acumulada ficou acima dos 25%, o que resultou em um aumento real de 1,23% e 1,19%, respectivamente. Em 2005 a política de valorização do salário mínimo começa a apresentar resultados mais expressivos. Naquele ano o aumento nominal foi de 15,38% diante de uma inflação de 6,61%, resultando em uma expressiva valorização de 8,23%, alcançando os R\$300.

Em 2006, o aumento real chegou a mais de 13%, mais de 5% em 2007, 4% em 2008, 5,79% em 2009 (R\$465) e 6% em 2010 (R\$510). Por meio das negociações diretas das Centrais Sindicais junto ao Governo Federal, realizadas anualmente, em 2008 é implementada a Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo (PVSM, Lei 11.709/2008).

Apesar da legislação, a partir de 2011, o aumento real foi abaixo de 0,5%, chegando a ter perdas de 0,1% em 2016 e 0,34% em 2018. Em 2019, apesar da descontinuidade da PNSM, houve uma tímida valorização de 1,14% (R\$998) e de 2020 a 2022 o aumento foi próximo de zero. Já em 2023, o aumento real foi modesto: 1,41%, tendo o salário mínimo atingido o valor de R\$1.302.

A retomada da política de valorização do salário mínimo por meio do Projeto de Lei de Conversão (PLV 15/2023) foi encaminhada ao Congresso pelo governo Lula em agosto de 2023, tendo entrado em vigor em 2024. Naquele ano o aumento nominal foi de 8,45% e o aumento real alcançou 4,69%, sempre na comparação com o ano anterior. Neste ano de 2025, o valor foi fixado em R\$1.518, o que representaria um aumento real de 2,5%, a depender da taxa de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de dezembro de 2024.

Essa trajetória, embasada nos números apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), revela uma importante marca dos últimos 22 anos, desde a chegada das forças progressistas e populares ao Governo Federal da República: De 2003 a 2025, apesar da instabilidade política, da descontinuidade da política de valorização

e da inflação, o salário mínimo cresceu 94,5%. Ou seja, no Brasil, em pouco mais de 20 anos, o salário do trabalhador e da trabalhadora praticamente dobrou em termos de poder de compra.

A nota técnica publicada pelo Dieese no dia 02 de janeiro, ressalta ainda os benefícios dessa política, destaca o seu enorme alcance, contemplando assalariados de todo tipo, servidores públicos, aposentados e beneficiários por abono salarial e Benefício de Prestação Continuada, etc.

Esse indicador aponta para outro benefício crucial no contexto brasileiro, o aumento da renda da população mais pobre. Apesar de conter o aumento acima dos 2,5%, o Novo Arcabouço Fiscal apresentado pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estabelece uma regra permanente e previsível, o que permite uma valorização real gradativa e constante.

Os efeitos da valorização do salário mínimo ainda incluem a ampliação do mercado consumidor por meio do maior poder de compra, principalmente dos alimentos que subiram acima da média da inflação, o que resulta na mais abrangente medida de combate à fome e à miséria em nosso país.

Portanto, graças ao aumento estabelecido, em 2025, 59,9 milhões de pessoas terão seus rendimentos incrementados, 81,5 bilhões de reais serão adicionados na economia nacional, e R\$45,9 bilhões serão arrecadados em impostos sobre o consumo, permitindo investimentos estratégicos para o progresso duradouro do Brasil.

Fonte: CUT